



652 – Procurador Municipal

Transcreva a frase a seguir no espaço destinado na Folha de Respostas: **“Poderoso é aquele que é senhor de si mesmo.”**

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) O candidato receberá do fiscal:
 - a) Um caderno de questões contendo as questões objetivas de múltipla escolha e a peça processual.
 - b) Uma folha de respostas personalizada para a Prova Objetiva e uma para a Peça Processual.
- 2) Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contrário, solicite ao fiscal um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) O tempo de realização da prova, o tempo mínimo de permanência em sala, assim como o tempo mínimo necessário requerido para o candidato levar o caderno de questões, estão previstos no Edital de Abertura do certame.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na folha de respostas; caso não estejam, informe ao fiscal imediatamente.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na folha de respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma) resposta certa** – mais de uma letra assinalada implicará a anulação da questão.
- Para responder cada questão, é necessário interpretá-la de forma correta e precisa, o que exige atenção e capacidade de abstração por parte do candidato, que deve estar ciente de que existe apenas **UMA** alternativa a ser assinalada.
- Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão. Portanto, a folha de respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O Gabarito do Candidato deve ser destacado da capa, portanto, **marque seu tipo de prova** para posterior correção.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo.

Exemplo:

- Conforme disposto no edital do certame, o candidato que se recusar a ser fotografado será eliminado do certame, posto que não será possível confirmar sua identidade.

GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

MARQUE SEU TIPO DE PROVA

- PROVA A
PROVA B
PROVA C

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 3.

Sozinhos

Esta ideia para um conto de terror é tão terrível que, logo depois de tê-la, me arrependi. Mas já estava tida, não adiantava mais. Você, leitor, no entanto, tem uma escolha. Pode parar aqui, e se poupar, ou ler até o fim e provavelmente nunca mais dormir. Vejo que decidi continuar. Muito bem, vamos em frente. Talvez, posta no papel, a ideia perca um pouco do seu poder de susto. Mas não posso garantir nada. É assim:

Um casal de velhos mora sozinho numa casa. Já criaram os filhos, os netos já estão grandes, só lhes resta implicar um com o outro. Retomam com novo fervor uma discussão antiga. Ela diz que ele ronca quando dorme, ele diz que é mentira.

– Ronca.

– Não ronco.

– Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa.

Mas não existe outra pessoa na casa. Os filhos raramente visitam. Os netos, nunca. A empregada vem de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.

Ficam os dois sozinhos.

– Eu devia gravar os seus roncos, pra você se convencer – diz ela. E em seguida tem a ideia infeliz. – É o que eu vou fazer! Esta noite, quando você dormir, vou ligar o gravador e gravar os seus roncos.

– Humrfm – diz o velho.

Você, leitor, já deve estar sentindo o que vai acontecer. Pare de ler, leitor. Eu não posso parar de escrever. As ideias não podem ser desperdiçadas, mesmo que nos custem amigos, a vida ou o sono. Imagine se Shakespeare tivesse se horrorizado com suas próprias ideias e deixado de escrevê-las, por puro comedimento. Não que eu queira me comparar a Shakespeare. Shakespeare era bem mais magro. Tenho que exercer este ofício, esta danação. Você, no entanto, não é obrigado a me acompanhar, leitor. Vá passear, vá tomar um sol. Uma das maneiras de controlar a demência solta no mundo e deixar os escritores falando sozinhos, exercendo sozinhos a sua profissão **malsã**, o seu vício solitário. Você ainda está lendo. Você é pior do que eu, leitor. Você tinha escolha.

Sozinhos. Os velhos sozinhos na casa. Os dois vão para a cama. Quando o velho dorme, a velha liga o gravador. Mas em poucos minutos a velha também dorme. O gravador fica ligado, gravando. Pouco depois a fita acaba.

Na manhã seguinte, certa do seu triunfo, a velha roda a fita. Ouvem-se alguns minutos de silêncio. Depois, alguém roncando.

– Rarrá! – diz a velha, feliz.

Pouco depois ouve-se o ronco de outra pessoa, a velha também ronca!

– Rarrá! – diz o velho, vingativo.

E em seguida, por cima do contraponto de roncos, ouve-se um sussurro. Uma voz sussurrando, leitor. Uma voz indefinida. Pode ser de homem, de mulher ou de criança. A princípio – por causa dos roncos – não se distingue o que ela diz. Mas aos poucos as palavras vão ficando claras. São duas vozes.

É um diálogo sussurrado.

“Estão prontos?”

“Não, acho que ainda não...”

“Então vamos voltar amanhã...”

VERÍSSIMO, Luís Fernando – **Comédias para se Ler na Escola**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

- Com base na leitura do texto, é correto afirmar que
 - o autor se inspirou em Shakespeare para compor a crônica.
 - o idoso não acreditava que roncava, por isso sua esposa decidiu gravar o áudio após ele adormecer.
 - a idosa queria constatar que ambos roncavam e por isso ligou o gravador.
 - a idosa decidiu gravar os roncos do marido para que ele procurasse um tratamento.
 - os idosos eram sonâmbulos e ambos falavam enquanto dormiam.
- Assinale a alternativa que apresenta um sinônimo da palavra “malsã”, em destaque no texto.
 - Insatisfeito.
 - Salutar.
 - Insalubre.
 - Injustiçado.
 - Triste.
- Leia o trecho abaixo, retirado do texto.

“Talvez, posta no papel, a ideia **perca** um pouco do seu poder de susto. Mas não posso garantir nada.”

É correto afirmar que o verbo em destaque está conjugado no

 - presente do indicativo.
 - imperativo afirmativo.
 - presente do subjuntivo.
 - futuro do subjuntivo.
 - pretérito perfeito do indicativo.

4. Na frase “No curso de cinema, tivemos que assistir muito Steven Spielberg” ocorre a seguinte figura de linguagem:
- (A) hipérbole.
 - (B) metonímia.
 - (C) sinestesia.
 - (D) pleonasma.
 - (E) analogia.

5. São características do texto injuntivo, **EXCETO**:
- (A) instruir ou educar o leitor.
 - (B) incentivar ou induzir o leitor a agir da maneira recomendada no texto.
 - (C) uso de linguagem culta e técnica.
 - (D) estrutura geralmente feita em tópicos.
 - (E) presença de verbos predominantemente no imperativo.

6. Função da linguagem em que o emissor se preocupa de que maneira a mensagem será transmitida, por meio da escolha das palavras, das expressões e das figuras de linguagem. Por isso, o principal elemento comunicativo é a mensagem. Sua linguagem apresenta aspecto simbólico e subjetivo. O intuito principal dessa função é transmitir uma mensagem e utilizar o trabalho com a língua como ferramenta estilística e estética, para garantir maior impacto e força no conteúdo. Trata-se da seguinte função da linguagem:
- (A) poética.
 - (B) referencial.
 - (C) fática.
 - (D) apelativa.
 - (E) metalinguística.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

7. Nos exatos termos da Constituição Federal de 1.988, assinale a alternativa correta.
- (A) A propriedade não precisa atender a sua função social.
 - (B) A lei penal não retroagirá ainda que para beneficiar o réu.
 - (C) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupo armado a ordem constitucional e o Estado Democrático.
 - (D) Não haverá pena de morte mesmo em caso de guerra declarada.
 - (E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não a pessoa presa além do tempo fixado na sentença.
8. Assinale a alternativa correta
- (A) O Juiz, de ofício, não pode suscitar conflito de competência.
 - (B) A decisão estrangeira não poderá ser homologada parcialmente.
 - (C) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando proferida por Juiz impedido.
 - (D) A decisão de mérito, transitada em julgado, não pode ser rescindida quando proferida por Juízo absolutamente incapaz.
 - (E) A propositura de ação rescisória impede o cumprimento de decisão atacada.

9. Pedro nasceu em Portugal e se naturalizou brasileiro no ano de 2020, com 25 anos de idade. Pedro se filiou ao Partido Vencedor Brasileiro (PVB) – São Paulo - e decidiu participar das eleições do ano de 2022 para o cargo de Senador da República. Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) Pedro não poderia concorrer ao cargo de Senador posto que é privativo de brasileiro nato.
- (B) Pedro não poderia concorrer ao cargo de Senador posto que a idade mínima para tanto é de 30 anos.
- (C) Pedro não poderia concorrer ao cargo de Senador posto que a idade mínima para tanto é de 35 anos.
- (D) Pedro poderia concorrer ao cargo de Senador, mas não poderia ser eleito Presidente do Senado Federal.
- (E) Pedro poderia concorrer ao cargo de Senador e ser eleito Presidente do Senado Federal.

10. Nos exatos termos da Lei Complementar nº 64/1990, considere os itens a seguir.

- I. Os analfabetos são inelegíveis para o cargo, tão somente, de Presidente da República.
- II. Os Magistrados não são inelegíveis para o cargo de Presidente da República até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.
- III. Os Governadores de Estado são inelegíveis para o cargo de Presidente da República até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções.

Estão **INCORRETOS** os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

11. Assinale a alternativa correta.

- (A) A unidade não é princípio institucional do Ministério Público.
- (B) O Ministério Público não possui autonomia administrativa, mas possui autonomia funcional.
- (C) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização expressa do Presidente da República.
- (D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) Os Procuradores-Gerais nos Estados poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Judiciário.

<p>12. Constitui ato de improbidade administrativa:</p> <p>(A) prática de ato culposo de perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel.</p> <p>(B) prática de ato doloso de perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel.</p> <p>(C) prática de ato culposo ou doloso de perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel.</p> <p>(D) prática de ato culposo de realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.</p> <p>(E) prática de ato doloso de negar publicidade aos atos oficiais, mesmo em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.</p>	<p>16. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O tombamento de coisa pertencente a pessoa natural não pode ser realizado compulsoriamente.</p> <p>(B) O tombamento de coisa pertencente a pessoa natural pode ser realizado voluntaria ou compulsoriamente.</p> <p>(C) O tombamento compulsório ocorrerá mesmo com o aceite do proprietário em anuir à inscrição da coisa.</p> <p>(D) A tentativa de exportação da coisa tombada não enseja o sequestro para garantia de pagamento.</p> <p>(E) A pessoa que tentar exportar coisa tombada não incorrerá em crime.</p>
<p>13. No que concerne à contratação de parceiras público-privada, considere os itens a seguir.</p> <p>I. Não há limite mínimo para o valor do contrato de parceria público-privada.</p> <p>II. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).</p> <p>III. É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a cinco anos.</p> <p>Estão corretos os itens:</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, apenas.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) III, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>17. Julgue os itens a seguir.</p> <p>I. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de requerimento de um terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, obrigatoriamente em conjunto.</p> <p>II. As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem requerer a convocação de Ministros de Estado.</p> <p>III. O depoente na Comissão Parlamentar de Inquérito não pode se fazer acompanhar de advogado.</p> <p>Estão INCORRETOS os itens:</p> <p>(A) III, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>14. É correto afirmar que no processo administrativo disciplinar instaurado contra servidor público civil da União:</p> <p>(A) o inquérito administrativo obedecerá aos princípios do contraditório e ampla defesa.</p> <p>(B) o inquérito administrativo não obedecerá aos princípios do contraditório e ampla defesa.</p> <p>(C) o indiciado tem prazo de vinte dias para oferecer defesa escrita ou verbal.</p> <p>(D) se existirem dois ou mais indiciados, o prazo de defesa será sucessivo de vinte dias.</p> <p>(E) o processo administrativo disciplinar não admite revisão.</p>	<p>18. "Pé na Porta Ltda." ajuizou ação anulatória de débito fiscal em face do Município de São Paulo/SP. A empresa pretende anular a penalidade de multa no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) imposta no processo administrativo sancionatório nº 01/2023. A ação teve seu curso natural transcorrido e, ao final, foi proferida a sentença que acolheu o pedido inicial para anular a penalidade de multa imposta contra a autora e condenou o Município réu ao pagamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a título de honorários advocatícios em favor do patrono da requerente. Diante do caso concreto, é correto afirmar que</p> <p>(A) o valor arbitrado a título de honorários advocatícios está correto posto que observou o percentual mínimo disposto no 85, § 2º do Código de Processo Civil.</p> <p>(B) o valor arbitrado a título de honorários advocatícios está incorreto posto que não observou o percentual mínimo disposto no 85, § 2º do Código de Processo Civil, qual seja, cinco por cento.</p> <p>(C) o valor arbitrado a título de honorários advocatícios está incorreto posto que não observou o percentual mínimo disposto no 85, § 3º, inciso I do Código de Processo Civil.</p> <p>(D) o valor arbitrado a título de honorários advocatícios está incorreto posto que não observou o percentual mínimo disposto no 85, § 3º, inciso II do Código de Processo Civil.</p> <p>(E) o valor arbitrado a título de honorários advocatícios está correto posto que o Juiz tem liberdade para arbitrar o valor que entende cabível a título de honorários advocatícios.</p>
<p>15. Joaquim, via escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis de São Sebastião/SP, concede a Antônio o direito de construir uma casa em terreno de sua propriedade. No caso concreto, é correto afirmar que</p> <p>(A) Antônio tem direito de uso do terreno de Joaquim</p> <p>(B) Joaquim alugou o terreno para Antônio.</p> <p>(C) Antônio tem direito de superfície assegurado.</p> <p>(D) Há contrato de mútuo entre as partes.</p> <p>(E) Resta configurada a enfiteuse.</p>	

19. Nos exatos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) a multa por litigância de má-fé equivale a, no máximo, vinte por cento do valor corrigido da causa.
- (B) a multa por litigância de má-fé equivale a, no máximo, um por cento do valor corrigido da causa.
- (C) a multa por litigância de má-fé equivale a, no máximo, cinco por cento do valor corrigido da causa.
- (D) a multa por litigância de má-fé equivale a, no máximo, dez por cento do valor corrigido da causa.
- (E) a multa por litigância de má-fé equivale a, no máximo, quinze por cento do valor corrigido da causa.

20. Andréia é a única advogada constituída por José Paulo na ação de indenização por danos morais ajuizada em face de Robertson. No curso da ação, Andréia descobriu gravidez com parto previsto para 30/06/2023. Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) o feito deverá ser suspenso pelo prazo de trinta dias, contado a partir da data do parto.
- (B) o feito deve ser suspenso imediatamente até trinta dias após o parto.
- (C) o feito não será suspenso sob qualquer hipótese.
- (D) o feito deverá ser suspenso pelo prazo de dez dias, contado a partir da data do parto.
- (E) o feito deverá ser suspenso por prazo indeterminado, contado a partir da data da comunicação da gravidez ao Juízo.

21. Julgue os itens a seguir.

- I. Cabe agravo de instrumento contra decisão que acolhe alegação de convenção de arbitragem.
- II. Cabe agravo de instrumento contra decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem.
- III. Cabe agravo de instrumento contra decisão que determina a inclusão de litisconsorte.

Estão **INCORRETOS** os itens:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

22. Considere os itens a seguir.

- I. Prescreve em um ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos.
- II. Prescreve em três anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular.
- III. Prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular.

Estão **INCORRETOS** os itens:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

23. Nos exatos termos do Código Civil, é correto afirmar que

- (A) o pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- (B) convertendo-se a prestação em perdas e danos, a solidariedade é extinta.
- (C) a solidariedade se presume.
- (D) a solidariedade não se presume, mas resulta somente da lei.
- (E) a solidariedade não se presume, mas resulta somente da vontade das partes.

24. Assinale a alternativa correta.

- (A) O mandato pode ser expresso, mas não pode ser tácito, verbal ou escrito.
- (B) A outorga de mandato por instrumento público não permite o substabelecimento mediante instrumento particular.
- (C) O mandatário tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, quanto baste para pagamento de tudo que lhe for devido em consequência do mandato.
- (D) O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado não podem ser mandatários.
- (E) A morte do mandatário não cessa o mandato.

25. Max é empresário e sócio majoritário da construtora "Viva Bem Construções Ltda.". Em razão de dificuldades financeiras com a empresa, Max obteve empréstimo bancário perante a instituição financeira "Longa Vida S/A" em 01/04/2023 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com vencimento em 01/01/2024. Em razão da necessidade de mais recursos financeiros, Max obteve outro empréstimo bancário perante a instituição "Viva Forte S/A" na ordem de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com vencimento em 01/12/2024. A garantia de ambos os contratos foi a hipoteca do imóvel de propriedade de Max registrada sob a matrícula nº 012023, avaliado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) o Código Civil não permite que Max possa constituir duas ou mais hipotecas sobre o mesmo bem imóvel mediante novo título, em favor dele ou de outro credor.
- (B) em caso de inadimplemento de Max, "Viva Forte S/A" poderá executar o imóvel antes de vencido o contrato de "Longa Vida S/A".
- (C) mesmo em caso de insolvência de Max, "Viva Forte S/A" não poderá executar o imóvel antes de vencido o contrato de "Longa Vida S/A".
- (D) em caso de insolvência de Max, "Viva Forte S/A" poderá executar o imóvel antes de vencido o contrato de "Longa Vida S/A".
- (E) caso "Longa Vida S/A" execute o imóvel/a hipoteca, "Viva Forte S/A" não tem obrigação de depositar a importância do débito e as despesas judiciais.

26. Julgue os itens a seguir.

- I. Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- II. É permitido abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de um metro e meio do terreno vizinho.
- III. Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de três metros do terreno vizinho.

Estão corretos os itens:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

27. Considere os itens a seguir.

- I. Compete ao Senado Federal a iniciativa de lei sobre diretrizes orçamentárias.
- II. Compete ao Poder Executivo a iniciativa de lei sobre os orçamentos anuais.
- III. Compete ao Poder Judiciária a iniciativa de lei sobre o plano plurianual.

Estão **INCORRETOS** os itens:

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposta de lei orçamentária anual deve ser encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano.
- (B) A proposta da lei de diretrizes orçamentárias deve ser encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano.
- (C) A proposta da lei de diretrizes orçamentárias deve ser encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano.
- (D) A proposta da lei de diretrizes orçamentárias deve ser encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional até o dia 31 de dezembro de cada ano.
- (E) O Governo Federal não tem prazo para envio ao Congresso Nacional da proposta da lei de diretrizes orçamentárias.

29. Rogério é morador da cidade de Osasco/SP e trabalha como motorista autônomo no aplicativo "Vai dar Certo Ltda.". Rogério adquiriu um veículo e, por questões pessoais e financeiras, licenciou o automóvel na cidade de São Paulo/SP, local de seu trabalho. Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) cinquenta por cento do IPVA pago por Rogério ao Estado de São Paulo pertence ao Município de São Paulo/SP visto ser o local onde o veículo foi licenciado.
- (B) cinquenta por cento do IPVA pago por Rogério ao Estado de São Paulo pertence ao Município de Osasco/SP visto ser o local de residência de Rogério.
- (C) cinquenta por cento do IPVA pago por Rogério ao Estado de São Paulo pertence ao Município de São Paulo/SP visto ser o local de trabalho de Rogério.
- (D) vinte e cinco por cento do IPVA pago por Rogério ao Estado de São Paulo pertence ao Município de São Paulo/SP visto ser o local onde o veículo foi licenciado.
- (E) vinte e cinco por cento do IPVA pago por Rogério ao Estado de São Paulo pertence ao Município de Osasco/SP visto ser o local de residência de Rogério.

30. Marina Barreto é patrona de Ricardo na ação declaratória de inexigibilidade de débito movida em face da empresa "Litros de Cerveja S/A". A demanda foi julgada procedente e a requerida condenar a pagar R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de honorários advocatícios de sucumbência em favor de Marina Barreto. A companhia quitou a obrigação via depósito judicial e Marina Barreto levantou a quantia. Passados dois meses do levantamento, Marina Barreto foi autuada pelo Município "A", local de sua residência, sob a assertiva de que deve ser recolhido o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre o valor a título de honorários advocatícios de sucumbência na ação em comento. Diante do caso concreto e com base na jurisprudência atual dos Tribunais Superiores da República, é correto afirmar que

- (A) não incide ISSQN sobre honorários advocatícios de sucumbência posto que Marina Barreto não prestou serviço para a empresa "Litros de Cerveja S/A".
- (B) incide ISSQN sobre o valor recebido por Marina Barreto visto que se trata de serviço prestado.
- (C) incide ISSQN sobre o valor recibo por Marina Barreto posto que há expressa previsão para tanto na Lei Complementar nº 116/2003.
- (D) não incide ISSQN sobre honorários advocatícios de sucumbência posto que Marina Barreto deve pagar ICMS sobre o serviço.
- (E) Marina Barreto possui imunidade tributária em razão do valor auferido ser oriundo da sua função.

31. Nos exatos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o local competente para julgar ação movida por viajante comercial é

- (A) no local da prestação dos serviços.
- (B) no local de residência do empregado.
- (C) no local da sede da empresa empregadora.
- (D) no local da celebração do contrato.
- (E) no local da sede do Tribunal Regional do Trabalho da Jurisdição competente.

32. Assinale a alternativa correta.

- (A) A União não pode cobrar imposto sobre a importação no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) A União não pode cobrar imposto sobre produtos industrializados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) A União pode cobrar imposto sobre produtos industrializados no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) A União pode cobrar imposto sobre produtos industrializados antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que o aumentou.
- (E) A União pode cobrar imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

33. Joana ajuizou ação trabalhista em face de João Paulo com pedido de reconhecimento de vínculo e demais consectários legais sob a alegação de que laborou na função de empregada doméstica por um ano. Após o devido processo legal, o feito foi julgado procedente e iniciada a fase de execução. Nenhum ativo foi localizado em nome de João Paulo. Joana, por meio de seu advogado, pleiteou ao Juízo a desconsideração da personalidade jurídica inversa para que a empresa João Paulo Ferramentas Ltda. seja incluída no polo passivo da execução. A empresa foi intimada e se manifestou pela improcedência do pedido. O Juízo acolheu o pedido de Joana e procedeu com a inclusão da empresa no polo passivo da execução. Inconformada com a decisão, João Paulo Ferramentas Ltda. apresentou recurso ordinário contra a decisão do Juízo. Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) a conduta da empresa foi correta posto que o recurso cabível contra a decisão proferida era o recurso ordinário.
- (B) a conduta da empresa foi incorreta posto que o recurso cabível contra a decisão proferida era o agravo de instrumento.
- (C) a conduta da empresa foi incorreta posto que não há recurso cabível contra a decisão proferida.
- (D) a conduta da empresa foi incorreta posto que o recurso cabível contra a decisão proferida era o agravo de petição.
- (E) conduta da empresa foi incorreta posto que o recurso cabível contra a decisão proferida era o recurso especial.

34. Nos exatos termos da Lei nº 12.305/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) Resíduos sólidos podem ser lançados no mar como destinação final.
- (B) Resíduos sólidos de mineração podem ser lançados "in natura" a céu aberto.
- (C) Resíduos sólidos de mineração não podem ser lançados "in natura" a céu aberto.
- (D) É permitida a criação de animais domésticos nos locais de disposição final de resíduos sólidos.
- (E) É permitida a fixação de habitação temporária nos locais de disposição final de resíduos sólidos.

35. Pedro é caminhoneiro autônomo e foi contratado verbalmente por RLB Transportes Ltda. para realizar o transporte de mercadorias de São Paulo – SP e Campinas – SP com veículo próprio. O valor alinhado foi de um mil reais. Pedro realizou o frete, mas não recebeu pelo transporte. Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) a Justiça Estadual é a competente para analisar ação ajuizada por Pedro.
- (B) a Justiça do Trabalho é a competente para analisar ação ajuizada por Pedro.
- (C) a Justiça Federal é a competente para analisar ação ajuizada por Pedro.
- (D) Pedro não pode ajuizar ação contra a empresa em virtude da inexistência de contrato escrito.
- (E) Pedro não tem legitimidade ativa.

36. Nos exatos termos da CLT, é correto afirmar que

- (A) a Condenação criminal do empregado, sem ocorrência do trânsito em julgado, constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.
- (B) a denúncia criminal formalizada contra empregado constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.
- (C) embriaguez fora do serviço, não habitual, constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.
- (D) violação de segredo da empresa não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.
- (E) prática constante de jogos de azar constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho.

37. Considere os itens a seguir.

- I. Em contratos com pagamentos efetuados por semana, o aviso prévio para rescisão é de trinta dias.
- II. Em contratos com pagamentos efetuados por semana, o aviso prévio para rescisão é de oito dias.
- III. Em contratos com pagamentos efetuados por quinquena, o aviso prévio para rescisão é de trinta dias.

Nos exatos termos da CLT, estão corretos os itens:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

38. Considere os itens a seguir.

- I. O período de carência para pensão por morte é de doze contribuições mensais.
- II. O período de carência para auxílio-acidente é de dez contribuições mensais.
- III. O período de carência para auxílio-reclusão é de doze contribuições mensais.

Estão **INCORRETOS** os itens:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

39. Josefa é divorciada de José e recebe pensão alimentícia por força de decisão judicial transitada em julgado desde o ano de 2020. José e Fabiana constituíram união estável de fato em 2021. Em 2022 José faleceu em razão de acidente automobilístico. José era aposentado por tempo de serviço pelo regime geral da previdência social. Diante do caso concreto, é correto afirmar que

- (A) somente Josefa tem direito a receber pensão por morte.
- (B) somente Fabiana tem direito a receber pensão por morte.
- (C) Josefa tem direito a receber pensão por morte em virtude do recebimento de pensão alimentícia determinada por decisão judicial.
- (D) Fabiana, por ser companheira de José quando do falecimento, não tem direito a receber pensão por morte mesmo que comprove a união estável por meio judicial.
- (E) o INSS não procederá com o pagamento a Josefa e Fabiana até decisão judicial determinar para quem o benefício deve ser repassado.

40. Nos exatos termos da Lei Orgânica do Município de São Carlos/SP, é correto afirmar que

- (A) o Vice-Prefeito não poderá exercer cargo de secretário municipal, mas poderá ser dirigente de órgão da Administração Indireta.
- (B) vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no primeiro ano de mandato, assumirá o Secretário de Administração Municipal.
- (C) vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no segundo ano de mandato, assumirá o Presidente do Tribunal de Justiça.
- (D) vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no quarto ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara Municipal.
- (E) o Vice-Prefeito não poderá exercer cargo de secretário municipal, bem como não poderá ser dirigente de órgão da Administração Indireta.

PEÇA PROCESSUAL

Alvacy é jornalista contratado pelo “Jornal do Povo” e atua na área de investigação criminal. Em resumo, Alvacy realiza matérias relacionadas a assuntos criminais em favor do Jornal do Povo. Em 01/01/2023 Alvacy, durante a cobertura de um fato criminoso apurado no centro da cidade de seu local de trabalho, tomou ciência, informalmente, por meio de um policial civil, que seus dados pessoais estão registrados na “Lista Vermelha” da Secretaria de Administração Municipal (SAM).

A “Lista Vermelha” é um sistema de controle de potenciais ameaças efetivadas pela SAM no intuito de acompanhar e investigar pessoas ameaçadoras e, assim, coibir e prevenir a prática de crimes.

Alvacy, ao tomar ciência da informação, diligenciou perante a sede da SAM e solicitou ao servidor que lhe atendeu acesso à “Lista Vermelha”, o que fora negado.

Alvacy nunca cometeu ou respondeu por qualquer ilícito penal; tem residência fixa; emprego fixo e lícito.

Inconformado com a negativa de acesso aos seus dados pessoais constantes da “Lista Vermelha”, Alvacy procura um advogado no intuito de assegurar seus direitos.

Na qualidade de advogado de Alvacy, sem alterar ou acrescentar qualquer informação ao caso concreto, apresente a medida judicial cabível a fim de assegurar os direitos de Alvacy.

O(a) candidato(a) tem 69 (sessenta e nove) linhas para responder a peça processual.

RASCUNHO